11º FEPEG FÓRUM ENSINO · PESQUISA EXTENSÃO · GESTÃO
UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
ISSN: 1806-549X
Realização: Unimontes Universidade Estadual de Montes Claros; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Minas Gerais Governo de Todos; PIBID Unimontes
Apoio: FAPEMIG; FADENOR

TIPOS DE CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA

Autores: SAMUEL SILVA RODRIGUES BENFICA, ILDO MARCOS DE SOUZA, FABIO GONÇALVES SILVA

Introdução

Desde os tempos mais pretéritos o homem tem primado pelo conhecimento de sua realidade, para encadear processos transformadores e subsidiadores de sua adaptação biológica e, consequente, sobrevivência. Isso equivale a dizer que o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva permitiu-lhe uma contínua interação com os elementos abióticos e bióticos do seu meio, o que possibilitou a continuidade e permanência da espécie humana no planeta. Evidencia-se a capacidade e o nível superior do homem, hoje o *homo sapiens*, em apreender a realidade, em sua materialidade, objetividade e subjetividade para, a priori, transformá-la com vistas à seguridade enquanto espécie. Vê-se então, a necessidade do conhecimento como um mecanismo inerente ao ser humano. O ato de conhecer está relacionado às categorias *sui generis* que orientam as expressões e relações existentes no mundo humano. Em face disso, urge entender os principais tipos de conhecimento e as inter-relações entre eles, a exemplo do científico, o senso comum, o filosófico e o teológico. O objetivo a que se propõe este trabalho é analisar epistemologicamente os tipos de conhecimento supracitados.

Metodologia

Revisão Bibliográfica.

Resultados e discussão

O que se pode entender por conhecimento ou, em latim, cognoscere? Embora a esta pergunta caibam muitas respostas, há de se ressaltar aquela que o entende "[...] como sendo a manifestação da consciência-de-conhecer; é a consciência de conhecimento [...] quando a pessoa ultrapassa o 'dado' vivido, explicando-o." (BARROS e LEHFELD, 1986, p.46). É a partir deste tipo de visão, que o ato de conhecer é atrelado ao mecanismo de apoderação do mundo que o cerceia. Passamos a dizer, então, que o conhecimento se manifesta por meio do balanço entre o sujeito e o objeto a ser conhecido. Ocorre disso, a apropriação do que é conhecido pelo que é conhecedor. Os nossos conhecimentos estão a cargo de fatores objetivos quando mantêm independência do sujeito, sendo o inverso, isto é, subjetivos aqueles que existem sob a dependência do cognoscente. Mas acontece que devido ao fator "assimilação da realidade", os elementos objetivos tornam-se dependentes do subjetivo manifesto pelo dito sujeito. Entretanto, a dinâmica do conhecimento no tempo e no espaço e a subsequente afirmação da ciência enquanto categoria filosófica fundamental, como chama atenção Gomes (1991), faz com que ocorra a obliteração dos elementos subjetivos de nosso arsenal cognitivo. A figura 02 simplifica o mecanismo supradescrito, com ênfase no conhecimento científico.

É sob os auspícios da necessidade e do poder de questionamento que o homem busca a ciência, plasmada atualmente por uma gama multivariada de dentrificações. Em sentido lato e a caráter introdutório, podemos defini-la como um conjunto sistematizado de conhecimentos e saberes a respeito de um determinado objeto (objetivo e/ou subjetivo), cujo estudo se consubstancia por meio de um método. A ciência deve ser considerada como um arcabouço complexo das aquisições intelectuais, pontificada pela busca de respostas, pela

ISSN: 1806-549X

interconectividade de elementos e pela racionalidade constitutiva dos fatos questionados. São as principais concepções da ciência:

· **A positivista**: vincula-se ao espírito humano e entroniza a observação. A partir de Augusto Comte, concebe a ciência como algo programático, ligado às descrições dos fenômenos e dos fatos e deve ser especializada. Tem-na como um conhecimento que busca a explicação dos fatos via experimentação e indução, que levam a verificar e a produzi-lo.

· **A funcionalista**: para esta abordagem, a ciência é uma perspectiva de sistema, cabendo ao seu método estabelecer uma analogia entre a sociedade e o organismo. A ciência é social e deve proceder de forma a compreender a institucionalização da realidade durável, na medida em que ordem implica progresso, inter-relacionando as partes de um todo.

· **A estruturalista**: a ciência é entendida a partir do ponto de vista teleológico da historicidade, ou seja, tem na finalidade a sua mola propulsora. O seu método é útil para o estudo de culturas, linguagens, populações tradicionais, gêneros de vida, etc..Em suma, a ciência estruturalista é, antes de tudo, finalística.

· **A dialética**: este viés encabeça a ciência como o estudo dos fenômenos a partir de uma postura crítica que contesta uma realidade existente, acentuando as contradições. A dialética apenas prepara quadros para explicação e não a engendra. A sua tríade é composta por tese- antítese- síntese. Em outros termos, um pensamento já existente é contradito por um novo pensamento, criando um conflito entre o velho e o novo, o que pode gerar uma negação da negação.

· **A fenomenológica**: define a ciência como o estudo dos fenômenos em si mesmos, a partir da intersubjetividade e da percepção, tendo como pressuposto a compreensão daquilo que se dá como objeto intencional.

É consoante ao conhecimento científico o fato de que ele não alcança os fenômenos de forma apenas conjuntural, mas o obtém em sua intimidade, nas suas causas, consequências, vindo a analisar, explicar, desdobrar, apoiar, prever e a teorizar. Embora a sociedade contemporânea tenha conferido à ciência um papel um tanto que panacéico, ela não é a única no trato com o conhecimento. Além dela, existem outros tipos como o senso comum, o conhecimento filosófico e o teológico. Podemos dizer que o senso comum, também intitulado conhecimento vulgar ou popular, é um modo comum, expansivo e espontâneo adquirido através da vivência e contato com determinada realidade. Nesse sentido, o sujeito cognoscente organiza o objeto conhecido e atribui-lhe valores inerentes ao seu modo de vida. Diante disso, infere-se que o Sensus communis reflete duas instâncias. A primeira, quando o juízo de valor é sintético, a partir da experiência sensível do sujeito, recheadas de valorações, trazendo incrementos para si e para a sua vida social (pois isto é indissociável). A segunda, quando o juízo é analítico, onde apenas o sujeito reproduz um saber já dado, oriundo de conjuntos dimensionais, o qual somente entende (consciente ou inconscientemente) e estrutura o seu pensamento. Assim, o senso comum imbuise também de complexidade, implícita diante da "corriqueira praticidade" e pragmaticidade exteriorizada pelo sujeito em relação com os objetos. Outro tipo de conhecimento é o filosófico. A perspectiva histórica da Filosofia dá conta de que a atitude filosófica está relacionada à transcendência da consciência mítica (verdade intuída) para a racional, como os "sophos" (sábios) em busca de outras descobertas do(s) cosmo(s). Bastante complexo e dependente a rigor, de uma capacidade abstrativa/generalizativa e, até mesmo, cognitiva maior, o conhecimento filosófico vincula-se ao poder de reflexão superior e questionadora do universo, inclusive da ciência. Não se trata, entretanto, de aprová-la ou refutá-la, mas de problematizá-la. Por seu turno, a ciência apodera-se dos conhecimentos gerais filosóficos e os particulariza por meio de seus atributos. Em caráter circular, a ciência repassa à Filosofia o novo saber para novas generalizações. Integra-se a esses domínios (o científico e o filosófico) o saber social, cuja função, a priori, é testá-los como categoria universal de valor. Vejamos a figura 02 que representa a correlação entre esses três conhecimentos.

Além desses tipos de conhecimento abordados até o momento existe o teológico ou religioso. É o saber crente e oriundo da fé. Tem suas premissas condicionadas pelo sagrado e pelo seu arcabouço doutrinário, cujo escopo é dimensionado pelo sobrenatural. O "ver", enquanto ato físico e carnal, para tal conhecimento é desnecessário. Ainda que as evidências concorram para uma antítese, ele permanece válido. Assim, ele não evoca a revisão, já que as verdades, normalmente contidas em livros sagrados, não são submetidas ao poder da reflexão indagadora e

ISSN: 1806-549X

experiência. É o que Mattar Neto (2005, p. 03) classifica como conhecimentos "míticos ou espirituais". O conhecimento teológico é procedente da incapacidade humana de compreender, na totalidade, os elementos e realidades existentes. Recorre-se a ele para encontrar respostas às questões que os outros conhecimentos não apresentam ou as ofertam insatisfatoriamente. Logo, podemos vinculá-lo ao desejo de encontro com a clareza daquilo que está oculto e daquilo que ao sujeito parece ébrio. Neste sentido, o papel de alguém/algo que é tido como superior é destacável, pois é ele o responsável pelos nortes, pela transmissão das mensagens e pela regência espiritual e material do que está no material e no regido pelo espiritual. Galliano (1986) destaca o fato de que o conhecimento teológico não se faz apenas pelo monoteísmo, mas também nos movimentos politeístas. É bem lúcido que o conhecimento nem sempre é teorizado e/ou sistematizado como ocorre na ciência. Por constituir-se como algo inerente à existência humana, ele se apresenta em todas as esferas e momentos dos sujeitos e dos objetos da mesma. Esse largo poder de tangência à vida do homem permite certa flexibilidade quanto à exigência de um caráter normativo, salvo em meios de natureza científica e filosófica. Alia-se a tal flexibilidade, o fato de que a percepção e visão do mundo ultrassensível condicionam a busca pela aplicabilidade contínua dos saberes. Estes são entendidos como primordiais à mecânica e concreção do cotidiano das pessoas, bem como de seus hábitos adquiridos a partir de sua experiência, de seu gênero de vida ou crença da massa cultural a que pertence. Sendo assim, segue tabela 01 que sintetiza as principais características dos tipos de conhecimento. Nela estão contidas informações pontuais que personalizam os principais tipos de conhecimento abordados até o presente.

Considerações finais

Os diversos tipos de conhecimentos são inerentes e importantes ao homem. Embora na sociedade contemporânea há uma grande tendência em reconhecer a validade dos conhecimentos científicos, não há de invalidar outros tipos de conhecimentos. Cada um encerra, dentro do contexto que o torna prenhe, a devida relevância, inclusive social.

Isto posto, cumpre ressaltar que o conhecimento é capaz de tornar o ser humano dotado de sociabilidades à medida que o permite romper barreiras e estereótipos sociais, claro, cada um em potenciais e limitações.

A prática da reflexão sobre o conhecimento a que se desenvolve e dedica é de substancial importância para o aprimoramento de seus domínios, ou posto de outra forma, é relevante à medida que subsidia a tomada de decisões quanto ao direcionamento das intervenções tanto em nível de sujeito quanto em nível de objeto. Entretanto, esta consciência, pelo menos ao que parece, tem sido sublevada ou, até mesmo, havemos de convir, estrangulada, partindo de uma perspectiva mais generalizante.

Este trabalho, longe de exaurir as possibilidades de análise, permitiu compreender que ainda há muito a se estudar no campo epistêmico, principalmente no que se refere aos conhecimentos advindos do senso comum e teológico, não sempre, mas por muitas vezes marginalizados pela academia. Um longo caminho a ser trilhado, mas por deveras necessário.

Referências bibliográficas

BARROS, A. J. P.; LEHHFELD, N. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraaw-Hill, 1986.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico**: Teoria e Prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiania: CEGRAF/UFG, 1991.